O Passado e as argumentações Políticas do presente*

*Vânia Maria Losada Moreira***

> A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo (Marx 1982: 417).
>
> Uma pesquisa crítica, a historiografia profissional, é [...] um perigo em potencial para a 'sublime e poderosa ausência de "historicidade" da tradição. [...] Ela ameaça tornar inútil o passado (Finley 1989: 55).

A história da sensibilidade humana em relação às experiências daqueles que os precederam nos ensina que não apenas os diferentes povos, culturas e épocas forjaram maneiras diversas de lidar com o passado e o tempo, mas que a própria prática de escrever a história tem, igualmente, importantes diferenças históricas e sociais. Embora se reconheça que o interesse pela história faz parte do acervo da cultura ocidental e adquira nela modalidades funcionais diversas, não são poucos os historiadores que, ao esbarrarem durante suas pesquisas em argumentações baseadas no passado, não lhes facultem grande importância, mesmo tendo Marc Bloch salientado que "[...] os nossos homens de ação têm a boca cheia de lições do passado, reais ou imaginárias" (s/d: 12). Bem escrito ou não, com base documental ou sem ela, o recurso ao passado no plano da argumentação sobre problemas do presente deveria causar, pelo menos entre os historiadores, maior inquietação.

Não seria demais lembrar o quanto o passado habita o presente, não apenas no sentido marxiniano de que os homens fazem sua própria história, mas sob condições estruturais herdadas, mas também em sentido mais prosaico, como quando, por exemplo, o então candidato Fernando Henrique Cardoso abriu sua campanha para presidente da República na televisão, em 1994, citando Juscelino Kubitschek e o Programa de Metas, diferenciando-se de outros postulantes ao mesmo cargo, que preferiram comentar a própria trajetória política e a dos partidos que representavam. No calor da concorrência partidária entre os diferentes candidatos, FHC preferiu recorrer ao passado político nacional. Escolheu muito seletivamente certos aspectos do governo JK, sobretudo o intenso desenvolvimento econômico e a racionalidade administrativa, viabilizada por meio do estabelecimento e do cumprimento de metas governamentais, associando sua imagem ao do presidente

desenvolvimentista dos anos 50. Fez isso, ademais, comparando dois momentos históricos diversos, sem considerar, no entanto, o contexto específico a cada um deles, produzindo uma argumentação baseada em um passado, sem historicidade.

A imprensa noticiou, no dia seguinte, como cada candidato inaugurou a campanha na TV e os historiadores que viram o programa ou leram os jornais puderam observar o quanto é comum, nos debates políticos do presente, argumentações baseadas na "história". Quanto aos telespectadores ou aos leitores de jornais diários, a maior parte provavelmente não se preocupou em questionar se era válida ou não, do ponto de vista histórico, a filiação esboçada ou a linha de continuidade traçada entre FHC e JK. Para o senso comum, a citação de "fatos" e de "personagens" históricos e a busca das "origens" representam os indícios que ainda servem para qualificar de histórica uma dada reflexão. É razoável supormos, portanto, que, embora a simples referência ao passado em certos discursos e textos não os tornem reflexões do tipo realizada pela historiografia crítica, criam, no entanto, um "efeito historiográfico", isto é, induzem o leitor ou o ouvinte a crer que a argumentação baseia-se em um conhecimento correto sobre a história.

A alusão a Juscelino Kubitschek feita pelo candidato está muito longe de representar uma forma de interesse científico sobre aquele momento e personagem histórico ou até mesmo de basear-se em uma visão crítica sobre o passado. Uma reflexão histórica ou minimamente digna dessa alcunha será sempre historicista no sentido mais genérico dessa palavra: tenderá a analisar a realidade, os homens e as sociedades em suas mutações no tempo. O "efeito historiográfico" utilizado por FHC é, além disso, um dos mais conhecidos e enquadra-se dentro da lógica descrita por Conford, segundo a qual "... nada deve ser feito pela primeira vez" (apud Finley 1989: 30). Para aqueles que acreditaram na honestidade científica do candidato em campanha, a ocasião foi suficientemente reconfortante, pois, depois de Collor, quantos queriam alguém desconhecido e com propostas novas para a solução de velhos problemas? E, diante da confortável idéia de que nada de novo poderia acontecer, quantos não sentiram o que Tocqueville sentiu diante da Revolução Americana:

> O mundo que se ergue ainda está escondido pela metade nos escombros do mundo que se desfaz [...]. Voltemos, de século em século, até a Antigüidade mais recuada; nada vemos que se assemelhe ao que está diante de nossos olhos. Não podendo mais o passado esclarecer o futuro, o espírito marcha, então, por entre as trevas (1985: 315)1.

Recuperar Juscelino Kubitschek em propaganda eleitoral, como fez FHC e, poucos anos antes dele, como havia feito Afif Domingos, que manteve durante o processo eleitoral de 1989 "contatos sobrenaturais",

em Minas Gerais, com o presidente já falecido, não é apenas um momento de transformação da história em ideologia, mas também de transmutação da política em mitologia. A ideologia se veste de história porque – como já foi, aliás, bastante salientado –, recorrer ao passado e à tradição é um dos expedientes mais corriqueiros do discurso ideológico e tal procedimento em vez de contextualizar historicamente um objeto, apenas cria um "efeito historiográfico". Como resultado, o fenômeno é transformado em algo que sempre existiu e existirá da maneira apresentada, como se fosse uma coisa "natural", tornando-se um fato que está acima das considerações propriamente humanas e históricas. Esse tipo de recurso ideológico procura, como disse Ferruccio Rossi-Landi,

> [...] contrapor ao presente o passado como mais forte e, sobretudo, em fazer com que o futuro se pareça com ele. O que se quer impedir é que do presente surja um futuro radicalmente diferente. O pedaço de passado a ser conservado é tão imobilizado, estaticizado, des-dialetizado, justamente porque se quer subtraí-lo à mudança (1985: 152).

O recurso ao passado e à tradição tem cumprido, por isso, uma função conservadora dentro dos ideários e dos sistemas sociopolíticos, justamente por apresentá-los como "naturais" e, por conseguinte, "eternos", "imodificáveis" ou, ainda, "inevitáveis". Inexiste, por isso, qualquer traço de exagero na seguinte afirmação de Finley:

> O professor Plumb, com uma eloqüência mordaz, demonstrou recentemente que "o passado sempre foi o criado da autoridade". Um bom criado, devemos acrescentar: o apelo para o passado, o argumento baseado no passado ancestral, geralmente ultrapassa os limites de classe, nível educacional ou disposição política. [...] Ele é, em resumo, ideologia em sua forma clássica (1989: 41).

O fato de se recorrer ao passado não implica, portanto, existência real de simetria ou similitude entre o presente e o passado comparados e tidos como semelhantes. Marx foi, aliás, bastante claro sobre isso, quando escreveu O 18 de Brumário de Louis Bonaparte:

> A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo. E mesmo quando estes parecem ocupados a revolucionar-se, a si e às coisas, mesmo a criar algo ainda não existente, é precisamente nestas épocas de crise revolucionária que esconjuram temerosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes, as suas palavras de ordem de

> combate, a sua roupagem, para, com esse disfarce de velhice venerável e essa linguagem emprestada, representar a nova cena da história universal (1982: 417).

Se a construção de discursos ideológicos a partir da distorção da história tem sido freqüentemente observada entre os historiadores, embora nem sempre criticada e analisada, o mesmo não acontece com a mesma incidência quando se trata de reconhecer a "mitologização" da política que esse tipo de "efeito historiográfico" permite. Talvez porque a fabulação de fatos e de personagens do passado no processo político seja apenas considerada "retórica" ou "propaganda", numa perspectiva estreita, como se retórica e propaganda não estivessem por trás de inúmeros e incontáveis processos políticos e sociais da maior importância. Finley observou, entretanto e na contramão dos historiadores despreocupados com a retórica e a propaganda, que nos debates sobre a constituição americana durante a eleição presidencial de 1900, o passado, enquanto argumento político, veio à tona na figura de um dos patronos fundadores da América: Thomas Jefferson. Embora seja do maior interesse sua reflexão, interessa-nos, aqui, uma de suas conclusões: "O passado remoto foi concretizado e personalizado, exatamente como o fora nos mitos e lendas das sociedades antigas" (1989: 40).

É, no entanto, com Raoul Girardet, estudioso das mitologias políticas contemporâneas, que podemos compreender melhor o quanto o mito, longe de ter desaparecido nos tempos da moderna ciência e do discurso racional, aparece insidiosamente em diferentes situações sociais e, em particular, nos processos políticos. Para o autor, o conceito mito carrega pelo menos três definições principais: apresenta-se como uma narrativa sobre o passado, mas que conserva no presente uma função explicativa, pois esclarece e justifica a sociedade, ou partes dela, o destino dos homens, as origens, etc.; confunde-se com a idéia de distorção da realidade, isto é, com o conceito de mistificação; é definido como uma poderosa força incitadora à ação e serve, por isso, para pôr em movimento as forças criadoras das sociedades (1987: 12-13). Sua definição de mitos políticos recupera, ademais, essas três definições citadas acima, pois para ele o mito cumpre tanto as funções de explicação e de deformação da realidade explicada, quanto a de mobilizar para a ação. Mas tão importante quanto isso, é sabermos que a criação de mitologias políticas em torno de algum personagem ou fato escolhido está condicionada pela época de sua formulação.

> [...] se o mito não pode deixar de conservar a marca do personagem em torno do qual ele se constrói, se, engrandecendo-os, tende a assegurar através do tempo a perenidade dos traços específicos que são os de sua fisionomia, não pode deixar, por outro lado, de depender ele próprio, em sua forma

> como em seu conteúdo, das circunstâncias, historicamente delimitadas, nas quais é elaborado. Todo processo de heroificação implica, em outras palavras, a personalidade do salvador virtual e as necessidades de uma sociedade em um dado momento de sua história (1987: 82).

As mitologias políticas formuladas a partir de uma visão ideológica sobre o passado guardam, portanto, profunda relação com o momento de sua aparição. Seria um engano pensar, no entanto, que qualquer época seja favorável à criação mitológica. A idéia de Conford de que "[...] nada deve ser feito pela primeira vez" não deve ser tomada como uma tendência inexorável, já que em alguns momentos sociais o pensamento utópico, enquanto gestor de uma idéia de sociedade nova e inexistente, pode ter um importante poder de mobilização. Como observou Finley: "Todos os grandes movimentos de reforma social e naturalmente todas as revoluções (e não poucas guerras) tem sido animadas por um espírito de utopismo (embora não necessariamente por um projeto específico para a utopia) (1989: 207). Alexis de Tocquevelle observou, aliás, diante da Revolução Francesa, que:

> Acima da verdadeira sociedade [...] ia-se construindo pouco a pouco uma sociedade imaginária, na qual tudo parecia simples e coordenado, uniforme, equitativo e conforme à razão. Gradativamente, a imaginação da multidão fugiu à primeira para refugiar-se na segunda. Desinteressaram-se do que era para sonhar no que poderia ser e viviam pelo espírito na cidade ideal edificada pelos escritores (1979:139)[2].

O próprio Juscelino Kubitschek, escolhido como modelo e herói de FHC, foi, em seu tempo, um inovador. E, embora não descartasse a tradição, gostava de salientar que seu governo rompia com a história nacional, marcada, segundo ele, pelo atraso, arcaísmo e subdesenvolvimento (Moreira 1995: 40)[3]. Os tempos de JK e FHC eram diversos. O Brasil dos anos JK ganhou o epíteto de "anos dourados", e a prosperidade econômica fazia-se presente não apenas no país, que acelerava o processo industrial e a urbanização, mas também no ocidente recém-saído da Segunda Guerra. Tal conjuntura é muito pouco semelhante a um Brasil açodado por inúmeros planos econômicos antiinflacionários malsucedidos, presente na memória de todos, e politicamente desestabilizado pelo processo de impedimento do primeiro presidente eleito pelo voto popular depois de 20 anos de ditadura. Aos objetivos de campanha de FHC, interessava um discurso legendário, que restituísse a confiança e a estabilidade política, atualizando e ritualizando JK, o patrono dos anos dourados brasileiro.

O recente debate sobre "os anos de chumbo" nos principais jornais do país é um outro exemplo de como o passado habita o

presente, não apenas como no caso anterior, ideologizando a história e mitologizando a política, mas também, e isso nos parece fundamental, recorrendo à história como instância julgadora dos vivos e dos mortos. Assim, o Regime Militar (1964-1985) voltou a ter destaque na imprensa, em 1996, em função das indenizações pagas às famílias de mortos e desaparecidos que estavam sob a guarda do Estado naquele período. A questão, extremamente polêmica, põe em campos diversos militares e guerrilheiros e os julgamentos dos casos de Lamarca e Marighella pela Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça é adiado por uma manobra do general Oswaldo Pereira Gomes.

O interesse pela história da "guerra suja" cresce e na opinião do jornalista Boris Casoy, veiculada no Telejornal Brasil, do SBT, a história precisa esclarecer os fatos que envolveram as mortes de Lamarca e Marighella. Já a viúva de Carlos Marighella, Clara Charf, não tem dúvidas sobre os fatos e, ao interpelar o general Oswaldo Pereira Gomes, responsável pelo adiamento do julgamento, afirmou contundentemente: "Acredito que o senhor, como homem que nas Forças armadas defendia o direito e a legalidade, seja justo na análise desse dossiê e possa dar o voto a favor da história do nosso país". Ainda na mesma reportagem, a viúva acrescentou que as "[...] gerações futuras precisam saber que muita gente morreu combatendo o regime militar. A história do país precisa ser reescrita" (Folha de S. Paulo 02/08/1996: 1-9).

O exemplo citado não é nada sutil. O entrevero entre Clara Charf e o general Gomes é quase uma continuidade da disputa anterior entre os militares de ontem e todos aqueles que, pegando em armas ou não, se opuseram ao regime de 1964 e sofreram conseqüências por isso. Luta-se aí não apenas por uma indenização, mas sobretudo pela própria história do país. O que está em jogo é a construção de uma memória coletiva e de uma história nacional que virtualmente pode ser constituída da perspectiva daqueles que venceram e assumiram o poder do Estado ou daqueles que fracassaram e até mesmo foram eliminados fisicamente da história. Mais que isso, disputa-se a história do país não porque a viúva ou o general e todos aqueles que os dois representam possuam um gosto especial pelo eruditismo. O interesse pelo passado, ou melhor, por como o passado deve ser conhecido relaciona-se com o fato de que tal conhecimento interfere ou pode interferir no comportamento das pessoas no presente. Nessa disputa, além disso, saberes foram desautorizados, como fez Clara Charf, ao pedir uma nova história para o país. E diante da controvérsia perguntamos: Será possível uma historiografia capaz de dar um veredicto final e imparcial como pediu o jornalista Boris Casoy?

– A resposta à indagação feita acima exige que desdobremos o problema em partes, para garantirmos um mínimo de inteligibilidade sobre algumas facetas da questão. Em primeiro lugar, a maior parte dos historiadores e certamente dos juristas responderiam, em coro, que não é papel da história julgar os vivos ou os mortos, mas

da Justiça. Além disso, mesmo no campo da investigação, caberia mais aos Departamentos de Polícia do que aos Departamentos de História verificar quem matou quem e apresentar ao poder judiciário relatórios bem fundamentados que permitissem simultaneamente a punição dos culpados (se a lei da anistia inexistisse), e a indenização das famílias das vítimas. Mas por que um jornalista ilustrado e competente no que faz – certamente não há porque duvidar da competência jornalística de Casoy, embora isso não implique concordância com o que ele diz – recorre à história para dirimir as dúvidas e as controvérsias?

Estamos novamente no campo da retórica. Graças a uma suposta visão cientificista da história, é realizado um deslocamento do problema em questão, isto é, a morte de opositores ao regime que estavam sob a guarda do Estado. Compreendida como disciplina imparcial e objetiva, a história é tida como capaz de arbitrar, por exemplo, sobre a polêmica de se definir Lamarca como guerrilheiro ou desertor do exército ou capaz de apontar quem possuía melhores motivos durante a "guerra suja", guerrilheiros ou Estado Militar, como se a descrição e a explicação de personagens, fatos e processos sociais, políticos e econômicos comportassem, do ponto de vista científico, apenas uma dimensão unívoca. Concebida nesses termos, a história permite que alguns atores sociais evitem um debate político sobre o problema dos direitos à indenização, deslocando a questão para o campo da "ciência histórica", mal concebida enquanto tal. Nesse processo, existe um claro desejo de ocultar o problema político e de poder que está subjacente à questão representada pelo desaparecimento e/ou morte de inúmeras pessoas durante o Regime Militar. Afinal, tal problema envolve um debate sobre o papel do Estado e seus deveres para com os cidadãos, naquele tempo e hoje, mesmo que alguns imaginem ter arquivado a questão ao encaminhá-la aos departamentos e associações de pesquisa histórica.

A discussão sobre a construção do saber histórico e de verdades ou ainda os problemas de imparcialidade e objetividade não se baseiam, desde as críticas à escola metódica, em uma visão de ciência como produtora de verdades absolutas e desvinculadas do próprio processo histórico de produção do saber. Mesmo quando se postulava poder a história, com total isenção de espírito e de subjetividade, narrar os fatos tal como eles aconteceram, mesmo aí não se admitia, pelo menos teoricamente, que historiadores julgassem os vivos ou os mortos. Além disso, e do ponto de vista científico, o importante não é estabelecer um "consenso" ou algum tipo de "média" sobre os processos e os acontecimentos históricos, sobretudo quando tais acontecimentos envolvem polêmicas em que é grande a confusão entre "fatos" e "valores". Como nos ensina Max Weber: "A 'média exata' não é de modo nenhum uma verdade mais científica que os ideais extremados dos partidos de direita ou de esquerda" (apud. Löwy 1994: 40). Não é inoportuno lembrar

também o quanto o conhecimento sobre a história cresce e se multiplica no esteio da própria divergência, e um bom exemplo ainda é a Revolução Francesa, com dois séculos de interpretação sobre os mesmos fatos.

Pode-se objetar, entretanto, que o desejo do jornalista era, na realidade, incitar os historiadores ao debate sobre os "anos de chumbo" e que, nesses termos, todos, inclusive os historiadores, deveriam ser partícipes do debate. A hipótese é boa, mas somente quando se admite que a ciência é ela mesma produto do esforço humano. A história pode e mesmo deve participar do processo de debate e de elucidação do período em questão, mas segundo a perspectiva sugerida por Michel de Certeau, quando ele delimita as diferenças entre o discurso crítico e o ideológico:

> A articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade. [...] Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou "edificante"), nem a-tópica (sem pertinência). Sendo a denegação da particularidade ao lugar o próprio princípio do discurso ideológico, ela exclui toda teoria. Bem mais que isto, instalando o discurso em um não-lugar, proíbe a história de falar da sociedade e da morte, quer dizer, proíbe-a de ser história (1982: 77).

Deslocar para o campo da ciência um problema que é político e social graças a uma visão mistificadora de história, tal como fica demonstrado na polêmica narrada acima, não é um fato novo ou pouco usual. Não é a primeira vez e provavelmente não será a última que veremos a "história" ser chamada, como uma boa criada, para, com sua "autoridade", dirimir dúvidas e restituir o consenso. O inverso também deve ser considerado: não se deve deslocar a política para o campo da historiografia graças a uma visão mistificadora dos juízos de valor. E, nesse sentido, é válido recorrermos ao que disse um historiador, de larga experiência de pesquisa, sobre como ele lida com o fato de ter suas próprias posições políticas e ser também um historiador profissional:

> [...] embora eu partilhe da opinião de que o efeito dessa revolução [a Revolução Francesa] sobre a humanidade foi benéfico, creio que o julgamento político é menos importante do que a análise. Afinal de contas, como disse o grande crítico literário dinamarquês Georg Brandes a propósito do apaixonado ataque de Hippolyte Taine à Revolução em seu livro Origins of contemporary France, qual a importância de se fazer um sermão contra um terremoto (ou a favor dele)? (Hobsbawm 1996: 14-15)

Seria um engano imaginar, entretanto, que o recurso ao passado em argumentações políticas do presente seja sempre um

expediente de tipo ideológico e mistificador. O terceiro e último exemplo de como o passado habita o presente difere dos anteriores por representar uma forma de luta e de construção de identidade em uma sociedade em conflito. A escrita sobre a história é uma prática social, como nos lembra Jean Chesneaux, que se desenvolve tanto no campo do poder, como nos dois exemplos anteriores, quanto no espaço das lutas populares. E, como diz o autor, o "[...] passado popular é um instrumento de luta popular" (1995: 154).

O crescimento do MST tanto em termos de capacidade de mobilizar os trabalhadores sem-terra, quanto em termos organizacionais tem significado, entre outras coisas, um redimensionamento da própria identidade do grupo, entendida não apenas como o conjunto de representações que o movimento institui sobre si, para si e para os outros, mas também as práticas construídas a partir de um projeto (Gohn 1997: 261). Dentre as múltiplas práticas que envolvem a construção dessa identidade, chama-nos a atenção a elaboração, na fronteira interna do movimento, de sua história, isto é, da trajetória das lutas e da organização, vinculando-as ao processo histórico brasileiro.

A elaboração da história do movimento não é um exercício de erudição, encontrando seu fim em si mesma. É, ao contrário, um meio de luta, de construção da própria identidade e de elaboração de estratégias. A reflexão sobre a trajetória do movimento é um dos elementos que fornecem substância e significado a uma das definições mais correntes sobre o MST, presente em seu Programa Agrário e nas falas de seus diversos dirigentes, a saber: "Somos um movimento de massas de caráter sindical, popular e político. Lutamos por terra, reforma agrária e mudanças na sociedade" (MST 1995:29).

A história do movimento é secionada em três fases. A primeira, entre 1979 e 1985, é apresentada como um período caracterizado pela ausência de uma ideologia própria, pela rarefeita organicidade e pela dependência em relação à Igreja e aos sindicatos, que viabilizaram uma forma organizativa embrionária por meio das "trocas de experiências" entre as áreas de conflitos agrários. A palavra de ordem durante essa primeira etapa do movimento era "Terra para quem nela trabalha", e servia para defender a reforma agrária e a nova forma de luta, isto é, as ocupações e os acampamentos de trabalhadores sem-terra (Bogo 1996: 10).

A transição para a segunda fase e para um movimento mais combativo é analisada como produto dos retrocessos que a reforma agrária sofreu no processo da constituinte, em 1988, dos despejos já não mais negociados politicamente e também devido às ameaças da União Democrática Ruralista (UDR), que então se organizou e prometia hostilidade contra os sem-terra. Surge, dessa forma, uma nova orientação estratégica, expressa na palavra de ordem "Ocupar, resistir, produzir". Diz Ademar Bogo: "Ocupar era a reafirmação da forma de luta, resistir era devido à repressão; e produzir era em contestação a UDR que chamava os sem-terra de "preguiçosos e vagabundos" (1996:12). As canções de luta reproduzem

essa trajetória, como em A Terra chama à Luta, de Andreato, do MST do Rio Grande do Sul:

> O Movimento Sem-terra nasceu da necessidade/ Da vida que leva um povo que passa dificuldade/ Seus princípios e fundamentos são a terra e seus problemas/ Solo mal utilizado, espúrio de um sistema/ Nos fecharam as vias legais, só nos restam os acampamentos/ Resistir à política e às armas, conquistar novos assentamentos/ Desta terra somos herdeiros, brasileiros de fibra e talento/ Nós queremos um novo porvir e suprir o país de alimento (apud Fernandes, 1996: 74).

Amplia-se também, na segunda fase, as formas de luta com a inclusão de caminhadas pelas rodovias do país, avaliadas como um meio de evitar o isolamento do MST, tornando-o mais conhecido pela sociedade. As caminhadas são vistas, além disso, como um processo de substituição do apoio das assessorias (CPT e movimento sindical), então em declínio, pelo apoio da sociedade (Bogo 1996: 12).

Com Fernando Collor no poder, o MST conhece um aprofundamento da crise com o Estado e o movimento transita para sua terceira fase. Segundo Ademar Bogo, "[...] internamente e em diferentes fóruns de discussão, como na assessoria agrária do PT, se inicia um debate e há um amadurecimento na compreensão da reforma agrária, de que sua realização dependeria da tomada do poder" (1996: 12). É assim que a luta pela reforma agrária passa a depender da luta pelo socialismo, conduzindo o movimento a ampliar seu leque de alianças. Em 1995, com a realização do Terceiro Congresso, elabora-se uma terceira palavra de ordem que resumirá a estratégia do movimento em sua terceira fase: "Reforma Agrária uma luta de todos". Novamente as canções de luta refletem as mudanças ideológicas e organizacionais do movimento, tal como na canção de Zoel Bonomo, do MST do Espírito Santo:

> Agora vamos ouvir/ é a voz da maioria/ É o povo explorado/ Pela tal burguesia/ São donos do capital/ Que juntou com a mais-valia/ Às custas do sofrimento/ De várias categorias/ Tem gente passando fome/ Tem gente que nem tem nome/ Outros comem bóia-fria/ Perguntaram quantos somos, ei/ Gritamos somos milhões, ei, ei [...] (apud Fernandes, 1996: 95)

Na narrativa da história do MST, o conflito é sempre externo. A identidade construída é a de um movimento que cresce e se organiza graças à solidariedade, tanto interna quanto em relação aos aliados, visualizando o conflito em relação ao latifundiário, ao governo e ao sistema econômico capitalista. A solidariedade interna é, ademais, um valor cultivado na documentação para a formação das lideranças, bem como a unidade política. A

transição de uma forma organizacional informal para o atual modelo, fundado no pragmatismo leninista sobre o papel da vanguarda, encontra respaldo não apenas na narrativa histórica das lutas do movimento, ou seja, como um imperativo para se conseguir a reforma agrária, mas também na leitura que fazem da luta histórica da esquerda no país. Dentro dessa perspectiva, distingue-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tanto das Ligas Camponesas dos anos 50 e 60, considerada um movimento de massa sem organização, quanto da luta armada da década de 1970, isto é, organização de luta sem movimento de massa (Bogo 1995: 3). A trajetória das duas organizações não é problematizada, servindo antes como exemplos históricos a serem superados pelo movimento, pois o fracasso histórico de ambas as lutas residiu no divórcio entre movimento de massa e organização.

Nos três exemplos citados (poderiam, entretanto, ser citados outros e de diferentes tipos), o passado instaura-se no cotidiano, sem ser, muitas vezes, nem mesmo notado. Os motivos particulares e as funções específicas que as argumentações políticas baseadas no passado assumem ou podem assumir variam, segundo quantas forem as necessidades identificadas pelos atores sociais que recorrem ao passado em suas argumentações políticas. Mas, via de regra, essas manifestações guardam alguma relação com a questão da democracia e da dissolução das certezas presentes nessas sociedades.

Uma das reflexões mais instigantes sobre a democracia e os problemas de coordenação social suscitados por ela está na obra de Claude Lefort, *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade* (1991). O autor sugere ser a democracia algo mais do que um conjunto de instituições. Entende-a também como uma "forma de sociedade", que "acolhe e preserva a indeterminação" (1991:31). Em outras palavras, no sistema democrático o poder é um "lugar vazio", podendo ser virtualmente ocupado por qualquer um que vença a competição eleitoral. Essa característica da democracia traz implicações importantes porque a competição política prevista no seu processo de funcionamento institucionalizou o conflito e, como afirma o autor, "[...] a legitimação do conflito, puramente político, contém o princípio que legitima o conflito social sob todas as suas formas" (1991:34). Ainda segundo Lefort:

> O essencial, a meu ver, é que a democracia institue-se e se mantém pela dissolução dos marcos de referência da certeza. A democracia inaugura uma história na qual os homens estão à prova de uma indeterminação última quanto ao fundamento do Poder, da Lei e do Saber, e quanto ao fundamento da relação de um com o outro, sob todos os registros da vida social [...] (1991: 34).

Não precisamos ir muito longe para compreender melhor as palavras do filósofo. Quem tem acompanhado minimamente a

trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pelos jornais diários sabe que os fundamentos da Lei e do Estado são questionados a cada ocupação de terra feita pelo MST, baseada no princípio de que tanto a lei quanto o poder podem mudar no sistema democrático. E não adianta o jurista, indignado, lembrar a existência de leis constitucionais reguladoras dos processos de desapropriação fundiária, sobretudo em um momento como o atual, em que a Constituição tem sido sistematicamente reformulada. Para os homens e mulheres comuns do MST, o importante é que uma vez que a lei não se baseia em nenhum princípio absoluto e eterno – um princípio natural ou divino, por exemplo – ela pode ser repensada e transformada. A democracia, ao institucionalizar o conflito político, realmente põe em cheque os princípios que regulam a ordem social, criando problemas de governabilidade. Na ausência do que Lefort designa de "marcos de referência da certeza", a democracia é virtualmente uma forma de organização social instável. É no âmbito de uma sociedade em conflito que busca "marcos de referências da certeza" que a ideologia assume uma importância central. É também dentro desse contexto que devemos sondar a incidência bastante corriqueira de discutir o presente fazendo referência ao passado mistificado. Em ambos os casos, as incertezas do quadro político e social são substituídas por falsas referências de certeza, minimizando o papel ativo desempenhado pelos atores sociais no processo histórico.

É igualmente levando-se em consideração a sociedade em conflito que compreendemos a visão de Chesneaux, segundo a qual a história pode ser escrita no campo do poder ou no campo das lutas populares. Assim, o recurso ao passado entre os membros do MST difere dos exemplos anteriores por representar, primeiramente, um esforço de organização segundo uma certa identidade e memória de luta. Nesse percurso, alguns processos sociais foram simplificados e até distorcidos, como quando, simplificados e até distorcidos, como quando, por exemplo, as Ligas Camponesas foram consideradas movimentos de massa sem organização. Tal avaliação não é corroborada pela reflexão crítica que demonstrou a importância do Partido Comunista na organização das Ligas e de outras manifestações camponesas, durante os anos 40, 50 e 60 (Azevêdo 1982: 56 e Martins 1986: 73). Portanto, longe de representar um esforço historiográfico, a construção da memória do movimento também não é mera dissolução da realidade por meio da ideologia.

Finalmente, é segundo essas reflexões que a epígrafe do artigo ilumina uma das tarefas mais fundamentais da historiografia profissional, pois a história que se quer crítica é e deve ser um perigo para a tradição, as argumentações políticas baseadas na autoridade do passado, as mistificações da história dita científica e a ideologia como distorção e ocultamento da realidade. Como acertadamente nos ensina M. Finley, a historiografia "[...] ameaça tornar inútil o passado". ■

Bibliografia

ARENDT, Hannah. 1988. **Entre o passado e o futuro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva.

AZEVÊDO, Antônio Fernando. 1982. As ligas camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BLOCH, Marc. S/D. **Introdução à história**. 6. ed. Portugal: Publicações Europa-América.

BOGO, Ademar. 1995. **A organicidade necessária**. Bahia: MST.

_____. 1996. **A reforma agrária e a sociedade brasileira**. São Paulo: MST.

CERTEAU, Michel. 1982. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CHESNEAUX, Jean. 1995. **Devemos fazer tábula rasa do passado**? São Paulo: Ática.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 1996. **MST. Formação e territorização**. São Paulo: HUCITEC.

FINLEY, Moses I. 1989. **Uso e abuso da história**. São Paulo: Martins Fontes.

Folha de S. Paulo. 02/08/1996. **Viúva e general discutem saída**. p. 1-9.

GIRARDET, Raoul. 1987. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras.

GOHN, Maria da Glória. 1997. **Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola.

HOBSBAWM, Eric. 1996. **Ecos da Marselhesa. Dois séculos revêem a Revolução francesa**. São Paulo: Companhia das Letras.

LEFORT, Claude. 1991. **Pensando o político. Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LÖWY, Michael. 1994. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Cortez.

MARTINS, José de Souza. 1986. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes.

MARX, Karl. 1982. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. In: **Marx & Engels. Obras Escolhidas**. Lisboa: Edições Avante/ Moscovo: Edições Progresso.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. 1995. **Brasília: a construção da nacionalidade**. São Paulo: Tese de Doutorado/USP.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. 1995. **Programa de reforma agrária**. São Paulo: MST.

Rossi-Landi, Ferruccio. 1985. **A linguagem como trabalho e como mercado**. São Paulo: DIFEL.

SALIBA, Elias Thomé. 1991. **As utopias românticas**. São Paulo: Brasiliense.

TOCQUEVILLE, Alexis. 1985. A democracia na América. In: **Jefferson, Federalistas, Paine, Tocqueville**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural.

_____. **O Antigo Regime e a Revolução**. 1979. Brasília: Editora da UnB.

Notas

* O presente texto é, com algumas modificações, o trabalho originalmente apresentado na mesa de Comunicação Coordenada "História e Ideologia" do I Encontro Regional da Anpuh/ES "História e Participação Política", ocorrido na Ufes, em outubro de1996.

** Professora do Departamento de História da Ufes.

1 Uma discussão interessante sobre essa passagem de Tocqueville encontra-se em Hannah Arendt (1988: 32). Segundo essa autora: "O problema [...] é que, não parecemos estar nem equipados nem preparados para essa atividade de pensar, de instalar-se na lacuna entre o passado e o futuro. Por longos períodos em nossa história, na verdade no transcurso de milênios que se seguiram à fundação de Roma e que foram determinados por conceitos romanos, esta lacuna foi transposta por aquilo que, desde os romanos, chamamos de tradição. [...] Quando, afinal, rompeu-se o fio da tradição, a lacuna entre o passado e o futuro deixou de ser uma condição peculiar unicamente à atividade do pensamento e adstrita, enquanto experiência, aos poucos eleitos que fizeram do pensar sua ocupação primordial. Ela tornou-se realidade tangível e perplexidade para todos, isto é, um fato de importância política" (1988: 40).

2 Ver, sobre a criação utópica durante a Revolução Francesa, Elias Thomé Saliba (1991: passim). Segundo esse autor: "Como todas as utopias, mas talvez em maior grau do que todas elas, o romantismo nutriu-se fervorosamente, ao mesmo tempo, da realidade e da possibilidade de uma mudança radical na história" (1991: 15).

3 Ao comentar sua despedida do Palácio do Catete, antes da transferência da capital para Brasília, afirmou Juscelino Kubitschek: *"Ao fechar aqueles pesados portões, eu o fiz com intensa emoção. O que fazia não era efetivamente cerrar a entrada de um palácio, mas virar uma página da história do Brasil. Durante dois séculos, o Rio fora a cabeça da República, seu órgão pensante – cérebro e coração de um grande país. A civilização, construída na faixa litorânea, realizara seus objetivos, conservando íntegro um território com extensão de um continente. Mas aquele período decisivo da nossa evolução, após os objetivos sociais e políticos que lhe competiam, havia chegado ao fim. Naquele momento outro se iniciava: a era da interiorização, da posse integral do território, do verdadeiro desenvolvimento nacional"* (apud Moreira 1995: 40). O passado e as argumentações.